

**OBJETIVO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE****DATA: 03/06/2025****LOCAL: CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE GOIÁS**

001 Ao terceiro dia do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, no auditório do Conselho Estadual e Saúde de Goiás, situado na Avenida República do Líbano nº 1875 – Edifício Vera Lúcia, 7º andar – Setor Oeste, nesta capital, dá-se o início às 08:56 (oito horas e cinquenta e seis minutos) à **Sexta Reunião Ordinária do ano de dois mil e vinte e cinco do CES/GO**, para apreciação e deliberação das seguintes pautas: 1 – **Verificação de quórum e justificativas de ausências**; 2 – **Informes dos Conselheiros**; 3 – **Informe das Comissões**; 4 – **Informes da Mesa Diretora**; 5 – **Ordem do dia**: ITEM 1: Aprovação das Atas da 03ª e 04ª Reunião Ordinária de 2025. Exposição: Mesa Diretora. ITEM 2: Resolução AD Referendum nº 17/2025 – Redefinição das datas das Etapas Regionais e Etapa Final Estadual da 5ª CESTT. Exposição: Mesa Diretora. ITEM 3: 5ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Exposição: Comissão Organizadora da 5ª CESTT (eleição de Conselheiros/as). ITEM 4: Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer – PNPCC. Exposição: GAE/SES. ITEM 5: Apresentação dos Pareceres da CIMEPS relativos aos Projetos de Lei do 1º Quadrimestre 2025. Exposição: CIMEPS. ITEM 6: Planejamento das Comissões Intersetoriais. Exposição: Mesa Diretora. ITEM 7: Junho Laranja – Campanha Prevenção às queimaduras. Exposição: CIMEPS.

**1 – Verificação de quórum:** Presidente Walter inicia a reunião pela checagem de quórum, fazendo leitura da lista de presença. Informa que como estão presentes 24 (vinte e quatro) titulares e 06 (seis) suplentes, com quórum estabelecido pelos titulares. Pergunta ao pleno se há alguma dúvida, caso haja, é possível de revisão. Conselheira Sueli faz consideração a respeito de que já está estabelecido o horário regimental de chegada dos conselheiros no intervalo entre 8h30 às 8h45, entretanto, como a assembleia é soberana gostaria verificar com a Mesa Diretora, a possibilidade dos conselheiros que não conseguissem adentrar em tempo hábil estabelecido pelo horário regimental, que fosse permitido fazerem os seus registros. Fundamenta mencionando sobre o próprio exemplo de que, muitas vezes demora a conseguir um local para estacionar, visto que conseguir uma vaga nesta região ser um problema sério. Ressalta que chega, mas não consegue adentrar regimentalmente. Relata que sempre ocorre uma intercorrência ou outra e que também há um prazo muito longo entre o lanche até o início da sessão plenária. Enfatiza que preza muito por estes momentos neste Conselho. Pergunta à Mesa Diretora a respeito da possibilidade de fazer esta consulta ao pleno. Presidente Walter esclarece que em todas as plenárias, depois do quórum estabelecido, a lista de presença volta para o apoio administrativo e todos os que chegam participam da plenária, sendo sua presença confirmada no pleno. Informa que o quórum está estabelecido com os titulares e que por este motivo, os suplentes nesta plenária não assumem a titularidade provisória.

**Justificativas de ausências:** Conselheiro Neiton faz leitura: Conselheiro Fabio José Basílio, justifica ausência devido estar de plantão no hospital em Brasília; Conselheiro Marcelo Nascimento, devido a compromissos profissionais realizados nas atividades sindicais; Conselheira Lúcia Darck, pelo motivo da Conferência Municipal de Saúde, etapa distrital que será no distrito o qual a mesma pertence; Conselheira Roberta devido a ter que entregar equipe envolvida incluindo sua participação direta na gerência dos ajustes finais. Presidente Walter acrescenta que tem outra justificativa do Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Goiás – SINFAR. Recorda que na última Reunião Ordinária foram notificados, de forma regimental, as entidades que estavam com ausências sistemáticas. Informa que o SINFAR através de seu Presidente, justifica as ausências da entidade nas reuniões por trabalhar num hospital em Brasília, e por motivo de constante viagem cumprindo diversos compromissos, também como Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, integrante também do Conselho Nacional de Saúde. Explica que o Sindicato foi notificado e solicitado de forma regimental que informasse e justificasse suas ausências e que caso não o fizesse, seriam tomadas as devidas providências cabíveis, apesar do sindicato ser suplente. Acrescenta que se fosse titular passaria para a suplência se não respondesse a notificação do Conselho no prazo de trinta dias, automaticamente elevaria o primeiro



046 suplente à titularidade. Informa que o sindicato respondeu dentro do prazo regimental e já justificou  
 047 para a próxima plenária, visto que não estava justificando. Enfatiza que tem que haver a justificativa de  
 048 ausência. Comunica que, também da mesma forma, foi notificado à SES pela ausência sistemática do  
 049 suplente responsável pela sua representação da SES, estando lotado na Superintendência de Gestão  
 050 Integrada e atual Gerente de Pessoas do RH da SES e que hoje se encontra na plenária. **Presidente**  
 051 **Walter** faz a leitura do Ofício do SINDLABS, a respeito da indicação da substituição da atual  
 052 Conselheira Christiane Maria do Valle pela Dayanna Galtieres Miranda, por ordem médica. **2 –**  
**053 INFORMES CONSELHEIROS:** **2.1 – Conselheira Rosa Maria** informa que veio fazer um convite e  
 054 um apelo. Convida a todos a participarem de uma reunião dia 16 de junho para a organização e  
 055 colaboração comunicativa da Conferência de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora. Ressalta a respeito  
 056 de estar presente durante a conferência, fazendo ampla divulgação das mesas de todo o evento.  
 057 Comunica que é necessário contar com a comunicação das instituições que contemplam esta plenária e  
 058 que possuam este recurso. Solicita à todas as instituições que fazem parte deste conselho possam  
 059 disponibilizar a os meios comunicação para trabalhar de forma colaborativa com a conferência.  
 060 Agradece a quem puder contactá-la. **2.2 – Conselheira Dionne** informa a respeito do Comitê de  
 061 Equidade, sendo composto por três coordenações, tendo sido indicada por este conselho, representando  
 062 o Controle Social como uma das coordenadoras deste Comitê de Equidade, juntamente com mais dois  
 063 gestores da SES. Explica sobre as atividades que já foram desenvolvidas, como a institucionalização do  
 064 Comitê, participações em reuniões desde final de novembro, dezembro, destacando que o regimento  
 065 deste Comitê já foi construído. Relata que houve um problema que a constrangeu muito e que gostaria  
 066 de compartilhar e deixar bem claro ao pleno que realmente aconteceu. Esclarece que houve um encontro  
 067 dos comitês na Região Centro Oeste em Cuiabá, no período de 21 a 23 de maio, sendo que nem o  
 068 próprio CES recebeu algum comunicado a respeito. Relata que, mesmo tendo uma participação ativa nas  
 069 reuniões do conselho, só soube deste encontro quando faltavam 3-4 dias que antecediam ao evento e  
 070 tendo sido informada pelo Presidente Walter. Esclarece que chegou a fazer contato com o MS e  
 071 conversou com muitas pessoas. Ressalta a sua indignação diante desta situação, haja vista achar que ser  
 072 um desrespeito ao controle social e para o trabalho que tem sido desenvolvido. Questiona como que um  
 073 comitê que propõe ações para tratar desigualdade de raça, etnia, gênero relacionados ao trabalho deixa o  
 074 Controle Social de fora. Argumenta que isto é um absurdo. **Presidente Walter** relata que juntamente  
 075 com Conselheira Dionne faz este reparo. Informa que foi num lançamento deste programa com o do MS  
 076 juntamente com as 26 secretarias estaduais e a secretaria do DF, em Campo Grande e assim que  
 077 retornamos, foi instituído o comitê no âmbito do estado. Recorda que a gestão passada que fez a  
 078 indicação da Conselheira Dionne como representante deste comitê e que permanece até hoje, sendo  
 079 passível de alteração só se o pleno decidir mudar. Faz elogio à Conselheira Dionne a respeito do  
 080 excelente trabalho que vem desempenhando dentro deste comitê e que tanto é que faz parte da  
 081 coordenação. Explica que a Conselheira o contactou quando estava participando de uma Conferência  
 082 Regional de Urucuá, houve um mal-entendido no comitê porque o servidor Wiley Silva, que está lotado  
 083 atualmente neste conselho e que substitui o servidor Leonardo, estava participando deste mesmo comitê  
 084 através da Superintendência da SPAIS e da população específica, tendo o convite chegado ao mesmo.  
 085 Relata que enquanto população específica, o convite não chegou ao conselho e que o servidor Wiley o  
 086 questionou como proceder. Respondeu que poderia dialogar com a sua antiga gerencia e que também  
 087 iria buscar informações sobre a motivação deste conselho não ter sido notificado sobre isto. Contactou e  
 088 dialogou com a Conselheira Dionne e esclareceu que, por ser a representante legal do CES e a  
 089 Coordenadora eleita do Comitê em Goiás, tem autonomia para decidir e tomar as devidas providencias  
 090 caso sejam necessárias. Comenta que a Conselheira entrou em contato com o MS, em Brasília para tirar  
 091 as informações e esclarecimentos a este assunto e acabou que responderam com várias justificativas e o  
 092 questionou como proceder diante desta situação e ratificou que a mesma teria autoridade para responder  
 093 e tomar as decisões necessárias como representante deste comitê dentro CES. **Conselheira Dionne**



094 justifica que não conseguiu ir encontro dos comitês porque eram três dias evento e que já estava com um  
095 agendamento prévio com audiência no MP do trabalho por conta do sindicato e que não tinha como  
096 desmarcar para ir. Comunica que não sabe se pode sugerir, mas que se fosse possível, que se fizesse  
097 uma apresentação no CES sobre todo o desenvolvimento das propostas reportadas neste encontro, visto  
098 que teria muito interesse em estar participando para poder repassar as informações ao pleno. Declara  
099 que o outro informe é sobre uma questão muito importante que está acontecendo a respeito do abandono  
100 de contrato do IGH com o estado, sendo a Maternidades Nossa Senhora de Lourdes e Hospital Estadual  
101 da Mulher – HEMU. Informa que são cerca de 1200 trabalhadores que “ficaram na chapada” e que até  
102 hoje, o sindicato continua na busca de contatos, sem conseguimos nenhuma informação. Ressalta que os  
103 trabalhadores estão desesperados porque tem as rescisões contratuais e estão sem instruções até hoje.  
104 Informa que ontem teve uma audiência pública, proposta pelo deputado Mauro Rubens, que teve uma  
105 boa participação e que hoje haverá uma paralisação dos trabalhadores na Assembleia Legislativa com o  
106 intuito de fazer pressão para verificar se a secretaria pode e se já está intervindo e acrescenta que existe  
107 uma comissão neste sentido. Ressalta que se trata de mais uma OS, que dá o calote não só nos  
108 trabalhadores, mas também nos prestadores, visto que tem compromissos com os seus próprios  
109 colaboradores. Destaca a respeito luta para haver concursos públicos, que é justamente pra que se evite  
110 estas situações, pois isto não é bom para a sociedade, nem para nossa comunidade, não tem uma boa  
111 apresentação pelo nosso governador tendo em vista que as pessoas estão participando e observando o  
112 que está acontecendo ao seu redor e que realmente precisamos colocar um ponto final, ter mais  
113 supervisão e que nossa legislação precisa de proteger mais os trabalhadores. **Presidente Walter**  
114 complementa que o Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Goiás, através do Ofício nº 165/2025,  
115 datado de 28 de maio de 2025, informou ao CES a respeito desta situação e que enquanto Presidente  
116 tomou a liberdade de convocar a Mesa Diretora, tendo havido ontem a reunião na qual baseado no  
117 referido ofício e nas informações solicitadas pelo SIEG, a Mesa Diretora tomou algumas decisões a  
118 respeito deste assunto. **Vice-Presidente Sérgio** informa que foi publicado no diário oficial dia 27 de  
119 maio de 2025, a composição de um grupo de trabalho composto pela CGE, PGE e pelos integrantes da  
120 Secretaria de Saúde para trabalhar estes assuntos, tratar tanto para ver como será conduzida a relação  
121 atual, como para evitar situações futuras, de curto, médio e longo prazo, sendo na verdade, médio e  
122 longo prazo, haja vista não ser uma situação fácil de se resolver, mas que já está sendo conduzido.  
123 Relata que a Mesa Diretora propõe que se conversasse com este grupo de trabalho, talvez em dois  
124 encontros, pelo menos, sendo num nestes para alinhar os interesses representados pelo conselho e o  
125 outro, ao final, para apresentação dos resultados do grupo, até mesmo para a plenária. Comenta que acha  
126 muito saudável para podermos ter subsídios para opinar em relação aos resultados enquanto conselho  
127 como um todo. **Presidente Walter** ratifica que também quer alinhar junto com este grupo de trabalho,  
128 os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras e que não é só a Mesa que vai fazer esta interação com o  
129 GT, mas os próprios representantes dos trabalhadores que compõe este colegiado. **Conselheira Rosália**  
130 comunica que, enquanto representante do Conselho no GT de Gestão e Governança no último mês, teve  
131 uma pauta sobre a realização do curso do SIOPS, realizado em Goiânia, na qual conseguiu fazer uma  
132 intervenção e garantir cinco vagas para a representação do CES, que foram: 02 para CIMEPS, 02 para  
133 CIMEOF e para um servidor do conselho. Ressalta a importância da participação das pessoas  
134 conselheiras nos GTs da CIB. **Presidente Walter** revalida o informe da Conselheira Rosália e informa  
135 que foi discutido na reunião da Mesa Diretora, sobre as representações dos Conselheiros nos vários  
136 órgãos e comitês da SES. Observa que poucos Conselheiros representantes deste colegiado apresentam  
137 respostas das suas ações. Menciona que os Conselheiros que eram membros da gestão anterior sabem o  
138 tanto valoriza e aplaude os repasses das Conselheiras Dionne e Rosália. Relata que apesar de cobrar  
139 muito da Conselheira Rosália, menciona ao pleno o que repetiu em todas as Conferências Regionais de  
140 Saúde, que a Conselheira é o braço direito desta presidência, visto que tudo que é solicitado a mesma  
141 responde, assim como a Conselheira Dionne, que o informa sobre a cada passo dado dentro da



142 representação deste Conselho, o consulta e que sempre a reponde que, por ser a representante legal deste  
143 colegiado, tem autonomia dentro dos princípios da ordem e do regimento deste Conselho e que que não  
144 há necessidade de consultar este presidente. Menciona que fizeram juntamente com os Conselheiros, o  
145 Plano Estadual de Saúde para os próximos quatro anos, entretanto, ocorrem mudanças sucessiva de  
146 Conselheiros na elaboração deste plano, visto que a participação era baixíssima e que quando verifica  
147 atualmente os membros da equipe técnica dentro do Plano Estadual de Saúde, não consta nomes de  
148 Conselheiros, mas sim, dos servidores, haja vista haver o cumprimento das determinações da Mesa  
149 Diretora, não ocorrendo o mesmo em relação aos Conselheiros. Profere que que, atualmente há uma  
150 relação muito boa com o Coordenador da CIAMCMS, nestas viagens com os levantamentos realizados.  
151 Anuncia que este novo mandato está avançando e espera que, enquanto Conselheiros que prospere cada  
152 vez mais. **Primeiro Secretário Neiton** expõe que seu informe é mais um instrumento que o Conselho  
153 necessita estar fazendo, que é o regimento interno. Reforça que há necessidade de fazer um GT para  
154 revisar o atual regimento vigente, que está obsoleto, horrível e inviável para poder trabalhar inclusive do  
155 ponto de vista legal. Recorda que, todo ano, mencionam que farão o regimento e quando chega na época  
156 da eleição, o mesmo é lembrado, com questionamentos a serem esclarecidos em seu teor, entretanto, é  
157 praticamente inexistente. Ressalta que diante desta situação, solicita que tenham pensamento firme  
158 direcionado a este GT, que cada um fique com um exemplar atual e o leve para casa para organizar,  
159 faça as contribuições e solicita que as envie para a Mesa Diretora. Esclarece que mesmo que o GT seja  
160 composto de 5 (cinco) ou 10 (dez) membros, não irá inviabilizar as contribuições dos demais  
161 Conselheiros. **Presidente Walter** informa que também foi objeto de discussão da Mesa Diretora, sendo  
162 que havia sido acordado com este plenário, que assim que passasse o processo de construção e  
163 realização da Conferência Estadual, o próximo passo seria do pleno se debruçar sobre a questão do GT  
164 de revisão do regimento interno do CES, conhecidos por todos por ser anacrônico. **3 – INFORME DAS**  
**165 COMISSÕES: CIMEPS:** **Conselheira Rosa Maria** justifica a ausência da relatora informando que  
166 está com Dengue e que esteve internada e que por este motivo, falará em nome da comissão enquanto  
167 coordenadora. Refere que o planejamento foi entregue para a Mesa Diretora e que num período de 05  
168 (cinco) meses, ficaram quase 03 (três) meses trabalhando no contrato de gestão de Formosa e iniciado as  
169 tratativas em cima do RAG 2024 e que irão trabalhar no RAG 2024/2023 e as PAS 2025/2024.  
170 Acrescenta que também vão fazer análises de minutias que estão em andamento e que a gestão anterior  
171 da CIMEPS estava analisando. **CIEPCSS:** **Conselheira Elizabeth** informa que irão iniciar as oficinas  
172 dia 10 de junho, sendo inicialmente uma oficina virtual do Participa+, na Regional de Jataí, tendo  
173 atualmente 34 (trinta e quatro) inscritos. Explica que as inscrições já deveriam ter sido encerradas no dia  
174 30 de maio, houve um pedido por parte dos coordenadores do CEAP para liberar até 40 (quarenta)  
175 inscrições, visto que ocorrem desistências na semana da oficina presencial. Profere que hoje às 14h00  
176 ocorrerá o término das inscrições. Atualiza que participou de uma reunião de alinhamento, com os  
177 Servidores Agda e Wiley e as representantes da região de saúde em Jataí, na qual conversaram muito  
178 sobre esta seleção dos inscritos e que também já fizeram a seleção dos participantes. Emite parecer a  
179 respeito da percepção desta reunião de alinhamento, onde houve o fechamento das inscrições. Observou  
180 muitos trabalhadores inscritos, com a quantidade reduzida de conselheiros e movimentos sociais assim  
181 como de suas entidades também, com pouquíssimas inscrições. Esclarece que, com a prorrogação das  
182 inscrições até a presente data, estão fazendo um trabalho de resgate com as populações específicas com  
183 os movimentos sociais na região no sentido de resgatá-los para participação. Expõe que o horário da  
184 oficina virtual no dia 10/06, será das 14h00 às 16h30 e as presenciais serão nos dias 03 e 04 de julho no  
185 município de Jataí. Informa sobre o plano de ação, que estão com dificuldades para se reunirem todos os  
186 membros, como no caso das outras comissões. Ressalta que o plano de ação já está elaborado e  
187 encontra-se estruturado e organizado. Esclarece que devido às conferências regionais, houveram muitas  
188 viagens esta semana e que a servidora Agda vai nos ajudar a colocar o plano no formato de documento  
para ser repassado para o CES. Solicita à Mesa Diretora resposta sobre o curso de conselheiros, tenho



189 em vista que tiveram uma reunião ontem. Informa que o andamento do curso só está aguardando que a  
190 Mesa diretiva juntamente com a comissão e com os responsáveis técnicos da escola de saúde para  
191 definir o andamento do curso e se o edital será lançado novamente ou se será aproveitado o último edital  
192 que já foi feito. **Presidente Walter** refere que dá mão à palmatória e pede escusas à Conselheira  
193 Elizabete, em nome da Comissão de Educação Permanente e aos integrantes da Mesa Diretora por não  
194 ter mencionado este assunto ontem, visto que haviam tantos outros para serem discutidos. Enfatiza que  
195 farão esta reunião o mais rápido possível para alinhar à solicitação da comissão. **Conselheiro João**  
196 **Bernardino** coordenador da CIAMCMS pede desculpas à Mesa Diretora por estar justamente  
197 encaminhando uma questão de planejamento dentro desta comissão. Comunica que durante este mês,  
198 nos debruçamos em relação ao planejamento que foi solicitada pela Mesa e dentro deste planejamento  
199 tivemos dificuldade primeiro de reunião o que é natural porque foi solicitado um tempo a mais pela  
200 Mesa do CES por causa do encaminhamento das várias conferências que estavam e estão findando agora  
201 com a conferência estadual. Demos este prazo, mas continuamos trabalhando e por isto, não foi possível  
202 fechar e trazer para o pleno hoje em função de que nossas técnicas também estavam envolvidas em todo  
203 este processo. Pedimos perdão por não trazer agora o planejamento, mas que está pronto, concluído  
204 conforme a presidência havia solicitado e que fará a inclusão e correção dos erros gráficos e até quarta  
205 feira se houve a permissão do presidente. **Presidente Walter** acrescenta que internamente suspendeu  
206 temporariamente os trabalhos feitos tendo em vista a Conferência, e que a coordenadora e a assessora  
207 técnica da comissão, que são servidoras do CES estavam em viagem e fazendo os levantamentos a  
208 respeito de dados de atualizações de dados dos Conselhos Municipais e ressalta que que realizaram um  
209 excelente trabalho. **CIRHRT**: não tem informes. **Presidente Walter** informa que houve uma conversa  
210 sobre a ação da CIRHRT, que a Procuradoria Geral do Estado junto com a Secretaria Geral de Governo,  
211 estão fazendo um levantamento das ações do estado de Goiás em relação aos servidores, em especial da  
212 mesa estadual de negociação permanente, expressando que foi direcionado especificamente ao Vice-  
213 Presidente Sergio, enquanto representante da gestão. Dirige-se ao Conselheiro Fernando presente sobre  
214 a resposta que foi pedida ao CES sobre a Mesa estadual de negociação permanente. Relata que  
215 apresentou a resposta do conselho à demanda que chegou do órgão externo e da estrutura de estado,  
216 explicando que competia ao conselho responder, tendo cumprido sua parte e tarefa, que é a resolução de  
217 reinstalação da mesa de negociação estadual permanente, ressaltando que não mais compete ao CES a  
218 indicação das entidades sindicais na composição deste conselho para a representação na Mesa Estadual,  
219 sendo atualmente atribuição das próprias entidades juntamente com a SES a formalização do  
220 funcionamento da Mesa. Comunica que todo este teor foi informado no despacho do CES. Relata que  
221 solicitou ao MS por meio da Mesa Nacional, vem cobrando deste conselho e a resposta é sempre a  
222 mesma: que não compete mais ao conselho fazer algum ato, mas sim fazer a cobrança política de  
223 reinstalação da mesa. Ressalta que o CES vai continuar com este papel de integrar o sistema nacional,  
224 visto que caso não haja esta participação e a Mesa Estadual não esteja instalada, não tem como  
225 formalizar o estabelecimento das mesas municipais, pois estas precisam estar vinculadas ao sistema  
226 estadual e posteriormente ao nacional. Relata que foi solicitado à SES através da Superintendência de  
227 Gestão Integrada a qual a Mesa é vinculada, que por favor instale esta Mesa porque a mesma junto com  
228 GT que está verificando os contratos relacionados aos trabalhadores do sistema, o conselho possa  
229 avançar. Solicita encarecidamente que cada entidade integrante deste conselho, do movimento sindical  
230 que está na composição da Mesa que faça a cobrança, tendo em vista que de nada adianta que só o CES  
231 o faça através desta Presidência. O próprio movimento sindical que está na mesa na resolução de criação  
232 da reinstalação da mesma faça esta cobrança, tendo em vista ser uma de suas atribuições. Esclarece que  
233 foi uma demanda do conselho do MS que fosse feita a reinstalação da Mesa e que agora compete a  
234 vocês fazer com que esta mesa funcione. **4 – INFORMES MESA DIRETORA:** **Presidente Walter**  
235 pergunta aos integrantes da Mesa Diretora se tem algum informe. Outro informe da Mesa Diretora é  
236 sobre o Ofício Circular nº 143 da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde da Diretoria de



Gestão Integral Participativa do Ministério da Saúde sobre a Recomendação nº 8 de 08 de maio de 2025 aos Conselhos Estaduais de Saúde e ao Conselho do Distrito Federal, a qual recomenda a implementação de políticas públicas intersetoriais de memória, verdade, justiça, reparação e não repetição decorrentes da resposta estatal à pandemia da Covid-19. Faz a leitura da mesma. Esclarece que por se tratar de uma recomendação, o Conselho Nacional pede que o CES se siga a mesma. Refere que depois da ordem do dia, pedirá a inclusão de desta pauta para verificar a Recomendação Nº 008 será aceita ou não.

**5 – ORDEM DO DIA: ITEM 1: Aprovação das Atas da 03<sup>a</sup> e 04<sup>a</sup> Reunião Ordinária de 2025:** Presidente Walter pergunta aos Conselheiros se tem alguma recomendação referentes as Atas e pergunta à Secretaria Executiva se tem alguma recomendação procedente dos Conselheiros. Respondem em não. Declara aprovadas as Atas da 03<sup>a</sup> e 04<sup>a</sup> da Reunião Ordinária de 2025. Solicita a inversão de pauta solicitada pela CIMPES.

**ITEM 2: Resolução AD Referendum nº 17/2025 – Redefinição das datas das Etapas Regionais e Etapa Final Estadual da 5<sup>a</sup> CESTT:** Presidente Walter anuncia que como este pleno já deve ter sido comunicado, houve a necessidade de fazer a mudança da data da conferência estadual na última reunião plenária com a devida anuência do pleno, decorrente da dificuldade de locação de espaço para realização da conferência estadual dentro do prazo da data definido anteriormente em 11, 12 e 13 de junho. Esclarece que, diante da alteração da data da conferência estadual, faz-se necessário mudar a regra, normativas legais que regem a conferência e que como tinha sido definido pela plenária que as conferências regionais eram até o dia 22, entretanto, tendo sido a última ocorrido no dia 25, também tem que dar normativas legais para a mudança de data e o presidente de forma regimental emitiu uma resolução AD Referendum que na próxima primeira reunião ordinária tem que ser apresentada ao plenário aprovar ou revogar. Faz a leitura da Resolução AD Referendum nº 17/2025, de 25 de maio de 2025. Informa que, como a resolução AD Referendum de forma regimental, não compete discussão, aprova ou rejeita. Consulta aos Conselheiros(as) aqueles(as) que concordam e aprovam com a Resolução AD Referendum nº 17/2025 modificando a data da Conferência Estadual por favor se manifestem levantando o crachá. Aprovada a Resolução com 23 (vinte e três) votos.

**ITEM 3: 5<sup>a</sup> Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Exposição: Comissão Organizadora da 5<sup>a</sup> CESTT (eleição de Conselheiros/as):** Presidente Walter solicita enquanto Coordenador Geral da Conferência, a Coordenadora Adjunta não está, pediria que a Coordenadora da equipe de relatoria se pudesse junto com o Presidente fazer os informes do andamento da conferência está aqui e depois solicita ao coordenador administrativo do conselho e a secretaria executiva que passem também as informações. Pergunta à Conselheira Rosália se poderia nos ajudar. Relata que participou de todas as etapas, mais do que o Presidente, sendo que o Presidente não foi em algumas. Sólicita que faça os informes da CESTT aonde chegamos até agora. Conselheira Rosália informa que as etapas regionais foram diferentes da última conferência, que houve etapas que não tinham pessoas delegadas, e que nesta consegui atingir 80% das pessoas. Acrescenta que as conferências municipais terminaram dia 30 e começamos as etapas regionais dia 02 e que então, foi uma decisão que precisou ser tomada, de discutir só as propostas federais. Informa que já tem definição dos palestrantes, do local que será na Pastoral Dom Fernando, que as pessoas delegadas ficarão hospedadas e que acha que agora estão nos preparativos e ajustes finais. Sólicita que as pessoas conselheiras que forem participar da conferência, que se proponham a ajudar, visto que haverá a necessidade como por exemplo e participar em trabalhos de grupo, relatoria de mesa, e que as pessoas conselheiras não sejam convidadas do seu próprio evento porque a conferência é um evento do conselho. Presidente Walter complementa a fala da conselheira Rosália, informando que tinham onze pessoas, entre servidores e conselheiros, que viajamos por todo o estado, que saíram de Luziânia e numa noite foram Urucuá e posteriormente vieram para Anápolis. Alerta que tem membros da comissão organizadora estadual que nem participaram que nem mesmo participaram das próprias reuniões. Ressalta a importância do papel da conselheira Rosália, que enquanto o Presidente faz muitas cobranças, mas que tem que reconhecer sua função enquanto conselheira, visto que enquanto a mesma



285 Presidente ficavam até de madrugada trabalhando no notebook produzindo documentos e que logo cedo  
 286 pela manhã, já estava coordenando a equipe de credenciamento. Comenta que tem que ter um clima de  
 287 descontração em alguns momentos do trabalho, pois é um clima muito pesado ter que fazer 18  
 288 conferências regionais em menos de quinze dias, haja vista não ser fácil, além de ter amor pelo sistema e  
 289 pela conferência. Expõe que, diante dos fatos mencionados, temos que realmente ter o reconhecimento  
 290 deste trabalho de conselheiro. Explica que haverá eleição de 20% dos conselheiros na plenária de hoje,  
 291 tendo em vista que nenhum conselheiro, presidente e os nem os membros da comissão organizadora são  
 292 delegados, diferentemente do que ocorre no Conselho de Goiânia, sendo o único conselho que tem  
 293 delegado nato na sua própria conferência. Ressalta que no CES sempre é realizada a eleição e acaba que  
 294 conselheiros que nunca participaram e nem passaram perto de uma conferência e nem a realizarem  
 295 brigam para serem eleitos. Relembra que na conferência passada foi desta forma, houve briga de  
 296 conselheiro, que ficou feito doido para ser delegado eleito pelo plenário. Divulga que o Conselheiro  
 297 Gerinaldo foi eleito como delegado no conselho de sua cidade e que há vários membros conselheiros,  
 298 como a Dayse que participou ativamente das etapas do Conselho de Goiânia que foi escolhida como  
 299 delegada pela região central, enquanto que há outros que nem passam na porta numa conferência.  
 300 Reforça a fala da Conselheira Rosália, que o conselheiro tem que saber que uma das tarefas que a  
 301 política define, conforme consta na lei 8142/1990, é que a política pública é definida em conferências de  
 302 saúde. Menciona que a Elizabete, apesar de toda a dificuldade que estava ocorrendo, coordena uma  
 303 comissão que estava num processo de construção junto com a própria conferencia que é o Participa  
 304 Mais. Faz a observação de que várias pessoas quiseram estar na comissão de relatoria e que quando  
 305 perguntava para a Conselheira Rosália aonde estavam seus pares, respondia que enquanto conselheira  
 306 está aqui, cumprindo o seu papel. Ressalta que realmente que quando o conselheiro desempenha  
 307 adequadamente o seu papel, tem que ressaltá-lo para não ser injusto, tendo em vista que há casos de  
 308 conselheiro que não desempenham adequadamente suas atribuições. Informa que terão que eleger 20%  
 309 dos conselheiros na plenária de hoje num total de 55 conselheiros, como delegados estaduais. Ratifica  
 310 que nenhum dos membros da comissão organizadora são delegados natos e estão na disputa como todos  
 311 demais conselheiros. Declara que serão 20% do total de 55 conselheiros: 06 usuários, 03  
 312 gestores/prestadores e 03 trabalhadores e se nenhuma das outras vagas ocuparem a vaga, as vagas serão  
 313 ocupadas pelos usuários. Pergunta em relação aos usuários, quem se dispõe a ser delegado a conferência  
 314 estadual. Conselheira Rosália refere que tem uma dúvida, que tem a conselheira que é coordenadora da  
 315 CIST, do segmento de usuários e que hoje não está aqui em função da realização da Conferência  
 316 Municipal de Goiânia, então pensa que as pessoas conselheiras usuárias que viajaram, participaram de  
 317 todo este processo ficariam prejudicadas e que por isto, faz a defesa dos nomes destas pessoas para  
 318 saírem delegadas, que são as conselheiras Dalva e Lúcia que não estão presentes aqui hoje. **Presidente**  
 319 **Walter** refere tem este detalhe mesmo, mas que há necessidade de entender que esta pauta não surgiu  
 320 agora no plenário, comprehende a dificuldade, e assim de qual forma será resolvido isto, haja vista ter  
 321 membros conselheiros integrantes da comissão organizadora e que viajaram nesta conferencia e que  
 322 concorda com a Rosália, que não estão presentes e com justificativas e outras, dentre quais a  
 323 Conselheira Lúcia está no momento participando da conferência distrital de Goiânia, fazendo a  
 324 conferencia municipal de gestão e planejamento. Menciona sobre a Conselheira Dalva e que outros  
 325 conselheiros e conselheiras também integrantes da comissão organizadora, que viajaram e não estão  
 326 nesta plenária. Questiona sobre qual é a situação que será resolvida diante desta situação apresentada.  
 327 Conselheira Dionne manifesta concordância com a colocação da Conselheira Rosália, mas recomenda  
 328 verificar se as Conselheiras Dalva e Lúcia já não saíram como delegadas na etapa regional. **Presidente**  
 329 **Walter** informa que o servidor Jocélio vai verificar na ficha da Central. Questiona sobre quem conduziu  
 330 o processo das eleições dos usuários em Goiânia e que será verificado. Informa que Mesa Diretora se  
 331 reuniu ontem e definiram critérios sobre a escolha dos delgados e faz a leitura. Expõe que foram vários  
 332 casos, como seis conselheiros usuários que participaram ativamente viajando por todo o estado. Enfatiza



333 sobre grande a dificuldade enfrentada pela Mesa Diretora para estabelecer uma decisão. Menciona que  
334 na última conferência, foi o delegado usuário mais votado da mesma e lembra que tinha a Elisa, a  
335 conselheira mais jovem deste conselho e que na ocasião, justamente por este motivo, não conseguiu  
336 passar como delegada, tendo em vista que os conselheiros mais velhos/experientes fazem articulações,  
337 tendo então a Elisa ficado de fora, entretanto, o delegado mais votado na época, abriu mão de sua vitória  
338 para a Elisa participar. Comenta que às vezes, enquanto Conselheiros, não pensam desta forma, olhando  
339 para si, sem pensar no outro. Declara que os seguintes Conselheiros: Lúcia, Dalva, Verenado, Elizabeth,  
340 Deyse, Rosa, Marta já foram escolhidos como delegados. Informa os segmentos eleitos no CES para  
341 quinta conferência estadual de saúde do trabalhador e trabalhadora: Segmento Usuários: Walter, Neiton,  
342 Lorrany, Simone, Elenilza; Segmento Trabalhador: Dionne, Maria de Fátima Fátima e Heloiza;  
343 Segmento Gestor/Prestador: Rosa Irlene, Rosália e Joyce. Ressalta que o plenário deve referendar que é  
344 a escolha do segmento. Pergunta a este pleno aqueles e aquelas que concordam com a eleição da  
345 bancada eleita de conselheiros eleitos por este plenário deste conselho, por favor se manifestem  
346 levantando o crachá: 21 (vinte e um) votos incluindo o com o presidente. **Presidente Walter** solicita  
347 ao servidor Jocélio para apresentar o levantamento metodológico, estatístico da quinta conferência.  
348 Jocélio faz a apresentação de algumas estatísticas das conferências realizadas até o momento. Mostra o  
349 cronograma das etapas municipais, que iniciou em 01 e novembro de 2024 até 02 de maio de 2025, as  
350 Conferências Livres no período de 01 de novembro de 2024 à 15 de abril de 2025. A etapa regional foi  
351 do dia 05 a 23 de maio, tendo em vista que foi prorrogada e que nosso alvo é chegar na etapa estadual  
352 nos dias 25, 26 e 27 de junho e depois a etapa nacional nas datas 18, 19, 20 e 21 de agosto. Divulga que,  
353 em relação às estatísticas da etapa municipal, dos 246 municípios, 178 (72,4%) realizaram a etapa  
354 municipal e 68 (27,6%) municípios ou não realizaram ou efetivaram fora do prazo. Expõe que foram  
355 realizadas seis conferências livres, sendo que hoje a comissão organizadora vai se reunir para a  
356 validação das mesmas, sendo que posteriormente poderá apresentar os resultados. Ressalta que as 18  
357 regionais de saúde realizaram as etapas regionais, ou seja, 100% de participação, sendo seis inter-  
358 regionais, ou seja, quando ocorre mais de uma junta, ocorrendo então a sudoeste 1 e 2 em Jataí, Entorno  
359 norte, norte e nordeste 1 e 2, em Formosa, Serra da Mesa e norte em Uruaçu, São Patrício 1 e 2, em  
360 Goianésia, Oeste 1 e 2, em São Luiz de Montes Belos, e Central e Centro-Sul, em Goiânia; Cinco  
361 conferências regionais individuais, que foram regional Sul em Itumbiara, Estrada de Ferro em Catalão,  
362 Entorno Sul em Luziânia, Rio Vermelho cidade de Goiás e Pirineus em Anápolis. Divulga o resultado  
363 das conferências regionais: Foram credenciados como pessoas delegadas 308 pessoas do segmento de  
364 usuários, 142 do segmento de trabalhador e 128 do segmento de gestor e prestador. Participaram  
365 também 317 convidados, 270 apoiadores e 57 autoridades, perfazendo um total de 1222 participantes.  
366 Foram eleitas 260 pessoas delegadas para a etapa estadual. Menciona os membros da equipe  
367 administrativa Cleide, Gracielle, Jocélio e Maria José. Agradece a todos que participaram destas etapas  
368 até o momento presente. **Presidente Walter** parabeniza o servidor Jocélio que conduziu maestral mente  
369 a equipe de servidores e a equipe de conselheiros. Convida a Secretária Executiva para falar sobre o  
370 local /espaço da conferência estadual. **Secretária Executiva Inayá** informa que o local será no Centro  
371 Pastoral Dom Fernando, que é um espaço bem aconchegante, as pessoas que forem ficar hospedadas,  
372 também será no mesmo local, assim como alimentação, favorecendo mais conforto. Ressalta que estará  
373 empenhando dentro das possibilidades para fazer o melhor para que haja um ótimo acolhimento a todos.  
374 Presidente Walter pergunta aos organizadores estaduais se tem alguma dúvida e/ou consideração e/ou  
375 complementação. **ITEM 4: Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer – PNPCC:**  
376 **Presidente Walter** menciona o informe da retirada do item 4 da pauta com a justificativa de que este  
377 presidente não aceitou de forma tranquila a alegação da SES. Relata que no dia 22 de maio, a pedido da  
378 Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia e da integrante desta entidade representante deste  
379 conselho, foi solicitado à SES que apresentasse a política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer  
380 em Goiás a este plenário. Informa que a resposta chegou, após várias cobranças da assessoria da



381 presidência, da coordenadora administrativa, a SES tinha respondido que faria esta apresentação,  
382 entretanto, hoje às 8:50, de várias cobranças da assessoria da presidência, foi recebido e-mail, de  
383 justificativa, o qual faz a leitura. Questiona que se a Política Nacional de Câncer não é atribuição desta  
384 assessoria, não sabe de quem é. Presidente informa que havia sido definido anteriormente que pela  
385 própria assessoria que seria a servidora Lucena de Almeida Felipe viria aos CES, entretanto, hoje, às  
386 8h50, quando o plenário já estava aberto, que chegou este comunicação assim, sendo que esta  
387 solicitação já havia sido feita há muito tempo pela ABRALE, com repetidas solicitações, inclusive  
388 tentando com a assessoria do conselho tentando um diálogo com a secretaria de estado, para atender um  
389 pedido de apresentação no âmbito do estado de Goiás. Sugere, que, diante dos fatos, que notifiquemos o  
400 MS, que é o responsável pelo programa nacional, e que apresente qual é a política instituída pelo MS no  
401 âmbito do estado de Goiás, certa Conselheira Rosália, que é a representante do MS que na próxima  
402 plenária o MS faça a apresentação desta política, pois se a SES não sabe, alguém tem que saber. A Mesa  
403 Diretora também pretende primeiramente entender o que aconteceu, tendo em vista que o documento  
404 chegou ao CES às 8h50 com este tipo de resposta, que posteriormente será repassado ao pleno.  
405 Apresenta como encaminhamento da mesa ao MS para que seja informado como anda esta política no  
406 âmbito do estado de Goiás. Pergunta ao plenário se este pode ser este o encaminhamento da Mesa. Não  
407 havendo discussões, retirada da pauta com este encaminhamento. **ITEM 5: Apresentação dos**  
408 **Pareceres da CIMEPS relativos aos Projetos de Lei do 1º Quadrimestre 2025:** Presidente Walter  
409 convida a servidora Lorena Matos, Superintendente de regulação e controle e avaliação da SES para  
410 fazer a apresentação solicitada pela CIMPES. **Servidora Lorena** expõe que fará apresentação do PMAE  
411 – Programa Nacional de expansão qualificação da atenção ambulatorial e especializada. Informa que  
412 está na apresentação, mas que também estão presentes outras representantes, Joyce, assessora técnica da  
413 SPAIS. Marília representando o COSEMS e todo nosso time da SES que também teve participação,  
414 equipe de planejamento da secretaria adjunta que fez todas as discussões referentes a este programa  
415 nacional. Explica que o PMAE é um programa nacional do ministério da Saúde, que todos os estados  
416 estão fazendo a organização dentro do seu estado para fazer o que chamamos de pacote de consulta,  
417 exame e uma nova consulta para no final das contas fazer o faturamento em formato FAEG – Federação  
418 da Agricultura e Pecuária de Goiás. Inicia a apresentação que será inserida como anexo à presente.  
419 Ressalta que o PMAE de 2025 encontra-se nesta apresentação, que se encontra em fase de construção,  
420 até porque o MS na semana passada fez uma alteração, não somente no nome do programa, mas está  
421 fazendo constantes alterações em sua metodologia, na lógica mesmo do programa, e a sensação que nós  
422 enquanto estado temos, COSEMS também, discussões que fizemos, todas as áreas envolvidas na SES é  
423 que o PMAE vem mesmo para ser fortalecido. Não é um programa que foi definido cinco especialidades  
424 e que vai permanecer nestas especialidades, a sensação que temos, com todas as atualizações do MS é  
425 que isto será expandido, vai sair destas cinco especialidades, vamos para outras especialidades, para  
426 que, para garantir mesmo que o paciente tenha o seu acesso em tempo oportuno. E que consiga fazer  
427 junção de todas estas filas, a qualificação das filas e direcionar o paciente em tempo hábil pois que aí até  
428 60 dias também fazer o faturamento de forma correta que é no módulo FAEG. **Primeiro Secretário**  
429 **Neiton** pergunta se este programa é totalmente subsidiado pelo governo federal ou tem contrapartida  
430 estadual e municipal. **Superintendente Lorena** informa que em 100% financiado pelo MS, não há  
431 contrapartida da SES, tanto para o programa nacional de redução de filas quanto para as próprias  
432 consultas. **Primeiro Secretário Neiton** questiona se tanto o estado como o município têm convicção de  
433 que a verba será suficiente. Esclarece que a motivação desta pergunta é decorrente de que programas  
434 similares, geralmente não se consegue fazer uma consulta como previsto nesta ‘maravilha do século’  
435 que apareceu, sendo que inicialmente informa que consulta está agendada, que vai conseguir os exames,  
436 que inclusive são obrigatórios, entretanto, no final acaba não acontecendo o fluxo planejado, sem o  
437 cumprimento das demandas necessárias para o paciente. Questiona como evitar que isto ocorra, tendo  
438 em vista que quando se busca a motivação de que realmente o SUS não fornece subsídio financeiro



439 suficiente para que isto aconteça, ainda que tanto o estado quanto o município tenham dado o aceite, 440 então surge aquela questão que o SUS paga pouco, então esta é a indagação. **Vice-Presidente Sergio**  
441 pergunta se há mais indagações. 20 20 **Conselheiro Gerinaldo** inicialmente parabeniza Lorena pela  
442 apresentação. Refere que há uma proposta do MS que este programa venha ser efetivado, o qual vem  
443 melhorando ao longo do tempo, com propositura de estar sendo implementado de continuidade, que  
444 aponta na parte ponto fundamental que é a verba toda da união. Explica que a tabela SIGTAP (Sistema  
445 de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS) é muito defasada, o que  
446 significa dizer que, na prática, estes procedimentos vão ficar pendentes porque se não tiver  
447 complemento da verba estadual ou municipal, com certeza estes atendimentos dos procedimentos  
448 especiais dois níveis ambulatorial ou no nível cirurgia eletiva vai ficar prejudicada. Expõe que outro  
449 elemento que chama a atenção, é quando se coloca que existe o núcleo de gestão de regulação e no final  
450 da fala, foi mencionado uma certa resposta. Informa que ficou claro que a partir de agora em diante,  
451 serão dois tipos de regulações, uma pelo programa devido sua especificidade e outro da regulação a  
452 nível estadual com os seus demais municípios, sendo o controle disto, é quando se estabelece 60 dias  
453 para finalizar um dado procedimento desde a entrada da pessoa na unidade de saúde e que concretizando  
454 isto vai ter a receita emitida, entretanto, acha que este tempo é muito longo e que deveria ser um pouco  
455 menor, pois quem precisa do atendimento é quase que de urgência/emergência. Relata que seus  
456 questionamentos são sobre a questão da regulação em si; o tempo muito longo enquanto deveria ser  
457 menor e a questão financeira do SIGTAP, que parece que vai dar furo no esquema. **Superintendente**  
458 **Lorena** responde que foi colocado 60 dias, mas que na apresentação mesmo consta no eslaide que é de  
459 30 à 60 dias, sendo que 60 dias é contando com o retorno do paciente. Explica sobre a questão das filas,  
460 não é que vamos ter duas regulações estamos fazendo a gestão dos pacientes que estão nas filas das  
461 OCIs (Ofertas de Cuidados Integrados) indicadas pelo município e pelo MS. Então das cinco  
462 especialidades das OCIs que foram indicadas vamos ter um olhar para um cumprimento dentro daquilo  
463 que foi preconizado pelo MS Sobre a questão da tabela SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela  
464 de Procedimentos), de fato tem esta atualização que precisa ser feita, mas tudo isto todos os  
465 apontamentos que os senhores estão colocando, tem sido levado para o MS. Enfatiza que as atualizações  
466 deste programa estão sendo elaboradas de forma constante, quase que diário e que cada dia solta uma  
467 nova portaria. **Conselheira Letícia** faz questionamento sobre o prazo de atendimento, sobre a  
468 possibilidade de não conseguir atender a demanda do paciente. Expressa que é uma iniciativa  
469 maravilhosa do MS, mas parece que às vezes, pode estar mudando a fila de lugar, tendo em vista que o  
470 paciente pode estar hoje na fila e esperando por uma consulta, exames e o diagnóstico, que neste caso,  
471 este programa vem realmente fazer com que isto se torne mais eficiente, fazendo com que o paciente  
472 tenha o diagnóstico, entretanto, sua preocupação é relacionada ao pós diagnóstico, pois inda que tenha  
473 um PMAE (Programa Mais Acesso a Especialistas) voltado para cirurgias eletivas, haverá situações que  
474 o diagnóstico e /ou tratamento cirúrgico não serão suficientes para resolver determinado caso, podendo  
475 ser necessários outros tipos de tratamentos, terapias, acompanhamentos. Solicita informação sobre as  
476 diversas terapias/acompanhamentos. Pergunta se o MS tem interesse em participar do PMAE voltado  
477 para estas terapias, inclusive na oncologia, envolvendo as questões da quimioterapia e radioterapia.  
478 Solicita que seja abordado sobre estas duas situações. **Lorena** explica que sobre os códigos de  
479 procedimentos tanto para consulta quanto para exames, pode passar a lista de todas as especialidades,  
480 todos os exames para todo mundo, visto que a portaria já ter sido publicada. Expõe que também pode  
481 disponibilizar o que foi definido pelo MS, tanto da parte ambulatorial quanto das cirurgias eletivas,  
482 sendo que com relação às cirurgias, para o procedimento ser feito como parte do programa nacional de  
483 redução de filas, foi definido uma lista de 1270 procedimentos, no qual para ser contemplado, deve estar  
484 neste rol. Expressa que em relação ao prazo que Letícia menciona que só é possível fazer o faturamento  
485 na modalidade FAEG, para ser considerada uma consulta, dentro do PMAE só pode fazer se o paciente  
486 tiver feito a consulta, o exame e o retorno, pois não adianta fazer uma consulta em 30 dias e tentar



487 faturá-lo, como PMAE precisa fazer a consulta, exame e nova consulta dentro do prazo 30 até 60 dias,  
 488 como critérios definidos pelo MS para conseguir fazer o faturamento modulo FAEG. Convidada Janaína  
 489 – ABRALLE, pergunta de ordem prática, em relação ao que for prescrito pelo médico especialista, ou  
 490 seja o programa abre uma excelente possibilidade, a pessoa vai pro especialista, passa por todos os  
 491 exames, fala em prazos, o que é excelente, sabemos que os prazos não são respeitados, tem lei para isto  
 492 mas a lei não é respeitada mas diz que quando falamos em tratamento farmacológico, existem dois tipos  
 493 de medicamentos, os disponíveis no SUS, que tem uma portaria que disponibiliza aquele medicamento  
 494 para aquela doença, para aquela fase da doença e os não disponíveis, no entanto, verifica-se que na  
 495 realidade quando o medicamento é disponibilizado pelo SUS, ou seja, existe uma portaria do MS que  
 496 diz que o medicamento deve ser disponibilizado para aquela doença para aquela fase, mesmo assim a  
 497 pessoa faz o pedido administrativo, e lhe é negado, a pessoa precisa entrar na justiça, ao invés de  
 498 começar o tratamento imediatamente, tem que esperar um provimento judicial e o cumprimento deste  
 499 provimento. Então seu questionamento de ordem prática é se esta realidade vai ser alterada se existe  
 500 uma previsão de que pelo menos os medicamentos dos medicamentos que são disponibilizados pelo  
 501 SUS, a partir do momento que o governo disponibiliza um especialista que afirma que aquele  
 502 medicamento precisa sob pena até de óbito, se esta realidade vai ser alterada, se a prescrição médica  
 503 pelo menos em relação aos será respeitada pelo MS e demais entes. **Conselheira Marília** informa que  
 504 antes de responder, fará menção da atual conjuntura somando à apresentação da Superintendente.  
 505 Explica que temos que ter em mente a respeito do PMAE, que é um programa nacional o qual deve ser  
 506 lido e acompanhado por um condutor, como foi já foi bem esclarecido pela Lorena. Explica que tem este  
 507 grupo condutor instituído a nível estadual em Goiás e que também não devemos interpretar o programa,  
 508 assim como qualquer outro que seja, de forma isolada, tendo em vista que o programa convive e  
 509 converge com outras políticas, como por exemplo: a Política Nacional do Câncer, que já foi e é uma  
 510 portaria, já tenho sido pactuada na CIT de janeiro de 2025. Ressalta que nos cabe enquanto órgão de  
 511 direção estadual e municipais é fazer a articulação devida, incorporar este programa e antever como  
 512 operacionalizá-lo junto com o planejamento regional integrado, agregado às redes de cuidado da  
 513 assistência. Responde o questionamento feito pela convidada **Janaína**, é um dever, que quando é feita a  
 514 judicialização de saúde, deflagra-se que está tendo uma falha estrutural, se no caso, trata-se de um  
 515 medicamento incorporado nas nossas listas oficiais, aproveita e faz questão de deixar bem claro que tem  
 516 um tema, que foi julgado agora no supremo tribunal federal e não nos cabe declinar, mas sim, apenas  
 517 observar o seu cumprimento, cujo teor: não incorporar regra, não é dever que o estado e município  
 518 cumpram. Caso cumpra via decisão judicial, posteriormente averigue-se o resarcimento. Entretanto,  
 519 nos casos dos medicamentos obrigatórios, que contam nas listas oficiais, os que estão nos protocolos de  
 520 diretrizes terapêuticas, que apresenta de forma didática sobre o conceito de incorporado e não  
 521 incorporado. Menciona que não é incorporado, por exemplo, ainda que se tem a falsa ilusão que seja  
 522 apenas aquilo que faz parte do rol nas listas principais de medicamentos da SES: RENAME (Relação  
 523 Nacional de Medicamentos Essenciais), REMUME (Relação Municipal de Medicamentos Essenciais) e  
 524 RESME (Relação Estadual de Medicamentos Essenciais), enfim, não. Informa que no caso de haver  
 525 prescrição off-label, que não esteja contemplada no PCDT (Protocolos Clínicos e Diretrizes  
 526 Terapêuticas), isto, para fins de julgamento na tese fixada no 234 e tema 6, é não incorporado, que  
 527 então, a priori, não deveria ser concedido. Explica que o incorporado não nos cabe desculpa, que será  
 528 averiguado as competências materiais de cada esfera de governo, da União, do estado e do município, e  
 529 que tirando a teoria de lado e indo para prática, em tese, segundo o teor da prescrição, se estiver tudo  
 530 adequado conforme o artigo 28 do Decreto 7508, que preconiza o acesso universal, igualitária da  
 531 assistência farmacêutica no SUS, cumprindo cumulativamente e todos aqueles requisitos, sim, um ente  
 532 deverá ofertar. Menciona sobre prazos, que trata-se de uma questão burocrática de cada ente, como por  
 533 exemplo, numa situação que talvez esteja em falta de compra decorrente de estar em processo de  
 534 compra, então se judicializar, é uma falta estrutural e questiona se deve judicializar, se deveria chegar a



este ponto, responde que não, mas já que neste caso o medicamento é incorporado e é nosso dever ofertar. Ressalta que, em tese, é nosso dever e no que se refere a prazo, é muito *sui generis*, que pode ser por uma questão de compra, de inviabilidade de fornecimento, enfim, existem saídas para isto. **Superintendente Lorena** confirmar acrescenta que o programa converge em várias áreas, dentro da SES para organizar tudo que foi abordado. Descreve que foi necessário repassar por todas as áreas: planejamento, regulação, SPAIS, várias outras áreas da secretaria, COSEMS, para poder chegar em tudo que seria necessário. Refere que, da mesma forma na prática, quando direciona o paciente dentro das OCIs, destas especialidades que foram definidas pelo MS, as outras áreas envolvidas ou aquilo que é necessário para dar continuidade da assistência do paciente, isso também precisa andar e caminhar junto, assim como na cirurgia eletiva, como por exemplo: se tem um paciente na fila de cirurgia eletiva, dentro da lista de programa do MS, o direcionamos na nossa fila estadual para o uma das unidades da SES, o HUGOL, fazer a cirurgia e que precisa de uma prótese, sendo um OPME (Órteses, Próteses e Materiais Especiais), que em alguns casos tem de alto custo e outros que são mais viáveis a nível de financiamento e isto também precisa ser adquirido. Esclarece que isto tem que caminhar lado a lado para que a cirurgia eletiva seja executada, em muitos momentos preciso deste material, da mesma forma, para as consultas, pode haver a necessidade de algumas medicações, reforça que vamos caminhar em conjunto com toda distribuição dos medicamentos para que isto fique lado a lado e que por isto que estamos falando que este PMAE é uma construção, não é enquanto regulação, enquanto tem um núcleo de regulação que estamos falando das filas, a fila é só a etapa inicial deste processo. Explica que por isso que o MS colocou o núcleo de gestão do cuidado, para fazer este monitoramento, para saber se o paciente realmente compareceu no seu agendamento feito pela regulação, se está conseguindo ter o acompanhamento necessário não somente a nível de prazo, 60 dias para o MS, mas se realmente está conseguindo assistir o paciente e garantindo que o seu tratamento seja efetivo, que realmente de fato o ponto que o MS colocou neste programa. **Conselheira Dayse** reporta que o projeto é muito bonito e que realmente precisamos trabalhar na questão do estrangulamento, em que a pessoa está por exemplo a ortopedia, mas principalmente a oncologia, na qual realmente o sofrimento é muito grande. Relata isso é uma iniciativa do Governo Federal e vai bancar assim como banca as mamografias, tendo em vista que o município não paga mamografia, mas o MS nas épocas de campanha, e é extremamente resolutivo e produtivo e que acredita que como é um projeto que está sendo trabalhado, deve melhorar muito mais para um bom acesso. Pergunta qual é a vertente para levar, por exemplo, um paciente oncológico para fazer o acompanhamento. Refere que entendeu que o programa está indo até o diagnóstico, e questiona qual será a sequência de etapas e de que forma, nos casos do paciente que precisa permanecer e ser acompanhado. **Lorena** responde que, nestes 60 dias estão envolvidos a consulta, exame e retorno, para serem faturados dentro do prazo, na modalidade FAEG e definido pelo MS. Complementa que, no retorno, o médico vai definir a conduta a ser adotada, se o paciente precisará ser direcionado para uma cirurgia eletiva ou se será necessário tratamento medicamentoso ou se indicará a continuidade de acompanhamento ambulatorial. Exemplifica que quando estava na regulação e recebeu uma paciente que estava na cardiologia para subespecialidade de marcapasso, fez a regulação da paciente para o HUGOL, a qual foi avaliada pelo cardiolista, fez os exames necessários em conformidade com o que foi definido pelo MS, retornou ao médico e recebeu a orientação de que não haveria a necessidade de ser operada. Explica o que vai acontecer com esta paciente, que poderá retornar ao HUGOL para dar continuidade ao tratamento nesta unidade até a sua alta com o especialista e que, da mesma forma ocorrerá na oncologia. Comunica que vai ser inaugurado o hospital Cora, que será uma de nossas unidades, no caso, de oncológica, aonde o paciente poderá ser direcionado para o mesmo e dependendo do acompanhamento, poderá ser encaminhado para outras unidades que são pactuadas pelos municípios e assim o paciente poderá fazer o seu tratamento com o especialista desde a execução da cirurgia eletiva até sua alta registrada e liberada pelo médico. **Conselheira Rosália** menciona que tem uma reflexão, que a regulação é apenas o observatório do serviço instalado, questiona qual é a estratégia está sendo



583 pensada para ser implementada junto ao PMAE, e justifica a pergunta, visto que temos serviços  
 584 contratualizados para executar essa fila. Indaga como esta fila será administrada, de quantos anos pra cá  
 585 vão ser incluídos, pois conhece pessoas que estão nesta fila há 5 anos. Menciona que tem conhecimento  
 586 de que quando vamos tomar uma decisão política, há necessidade de dar um período desta fila, então de  
 587 qual período estamos falando deste PMAE e essa linha de cuidado, quais são as entidades e como a SES  
 588 junto aos seus contratos com a terceirizada dos hospitais estão pensando de incorporar esse programa do  
 589 PMAE. Ressalta que tudo isto impactará sobre todas essas preocupações, se a pessoa terá o acesso e o  
 590 cuidado até o final. Exemplifica um caso pessoal, no qual teve no joelho fraturado há três anos, que teve  
 591 acesso à consulta, ao médico, entretanto, não teve acesso à fisioterapia, que fazia parte do tratamento e  
 592 que embora já tenha se passado três anos, ainda aguardando as sessões de fisioterapia, sendo que está  
 593 mencionado o caso, não só para reclamar, mas para mostrar um fato. Questiona qual é a estratégia que o  
 594 Estado está fazendo para aproveitar esta oportunidade deste recurso para realmente garantir este cuidado  
 595 e quando irá começar. **Lorena** responde que, a nível estadual, várias áreas da secretaria têm feito  
 596 reuniões constantes e que também há programa dos municípios que fazem organização interna.  
 597 Acrescenta que, ainda, na esfera estadual, estão fazendo organização com constantes discussões,  
 598 iniciando na regulação garantindo o acesso do paciente, a SPAIS pra fazer todo esse monitoramento do  
 599 cuidado e a equipe da SUPEC (Superintendência de Planejamento, Regulação e Controle), para fazer a  
 600 organização contratual. Expõe que estão gerindo as filas, como mostrou a tela do sistema de regulação  
 601 para que consiga direcionar este paciente para oferta de cuidado integrado, que o monitoramento do  
 602 paciente será feito naquela página da OCi, conforme foi definido pelo programa do MS e a equipe da  
 603 SUPEC junto com a SPAIS está organizando as unidades para que consiga fazer a ampliação da oferta  
 604 de serviço, do quantitativo de consultas que são disponibilizadas. Responde que a continuidade vai ser  
 605 feita, que o programa vai iniciar no segundo semestre, porque estão fazendo neste momento essa  
 606 construção e organização do contrato das unidades estaduais que farão o atendimento destes pacientes  
 607 do programa do MS, então o estado está se organizando para ampliação da oferta do serviço, da mesma  
 608 forma que a fila, temos uma página dentro do nosso sistema para poder separa. Responde sobre qual o  
 609 período que este paciente será puxado, que em discussão como o COSEMES, ficou definido que não  
 610 somente os novos pacientes que vão a partir do segundo semestres nas unidades básicas de saúde que  
 611 terão acesso a este programa do PMAE. Informa que sua equipe de regulação está verificando todas as  
 612 filas das cinco especialidades dentro das OCis, puxando os pacientes que se enquadram no perfil  
 613 definido pelo MS e fazendo esta transferência, que está com o paciente numa fila geral, é um paciente  
 614 da OCi, está sendo tratado e monitorado, acompanhado e estão fazendo o direcionamento do paciente.  
 615 Ressalta que o próprio MS define que temos que garantir isto dentro do período de 60 dias. **Conselheira**  
**Rosa Irlene** expõe que a coordenação da CIMEPS que solicitou essa pauta à Mesa Diretora por  
 616 entender a extrema importância deste assunto para nossa discussão, principalmente porque esta demanda  
 617 gera outras demandas, que são aditivos em contratos de gestão das Policlínicas e que há necessidade de  
 618 entender como isso se dará. Informa que estão inclusive em reanálise de alguns contratos de gestão, que  
 619 estão parados, e com o entendimento de que agora estão com estes encaminhamentos de deliberação e  
 620 que por isto, houve a solicitação desta pauta com urgência, para entender, analisar a questão de filas e de  
 621 todo o processo. Comunica que participou de uma apresentação deste programa a nível nacional com o  
 622 MS e que já estão trabalhando no mesmo para que seja inserida a parte de reabilitação, tanto terapia  
 623 ocupacional, fisioterapia, fonoaudiologia tendo em vista que não adianta caminhar com uma fila de  
 624 cirurgias e não pensar numa reabilitação, porque senão, a pessoa vai permanecer continuadamente nesta  
 625 fila. Relata que diante das circunstâncias, se direciona para a Mesa Diretora e solicita que seja feito o  
 626 encaminhamento pela mesma, para que a política possa ser distribuída entre os conselheiros e pleiteia  
 627 para que no mês de agosto, hajam outras pautas: a primeira seria acesso a medicamentos,  
 628 teleatendimento e tele regulação. **Presidente Walter** informa que para conhecimento dos conselheiros,  
 629 explica que há um fluxo de pacientes flutuantes nas divisas dos estados, que é recorrente nos 26 estados  
 630

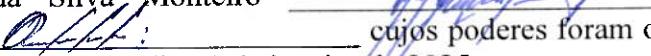
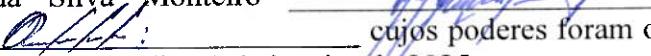


631 da federação e do DF, sendo que ninguém se responsabiliza por estes usuários. Relata que havia um  
632 fluxo muito grande de pacientes de usuários flutuantes entre duas unidades federadas, Goiás e DF e que  
633 a Secretaria de Estado do DF e da Secretaria de Estado de Goiás foram notificados pelo Ministério  
634 Público da União para dar resposta a esta situação. Menciona que participou de audiências, reuniões  
635 junto com a Lorena que é Superintendente de Regulação e Controle e Avaliação da Secretaria do Estado  
636 da Saúde, e que ficou encantado pela firmeza de sua postura profissional junto aos municípios que  
637 compõe a RIDE-DF - Rede de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal, porque a regulação tem  
638 que ser Estadual e não municipal, e sua compostura profissional nas duas reuniões com o MPE.  
639 Agradece à Superintendente pede uma salva de palmas para o trabalho que tem desempenhado e declara  
640 que as Portas da Mesa Diretora estão abertas. Ressalta que não pode intervir na regulação, e que mesmo  
641 assim, chegam pedidos de intervenção, mas reafirma que não concorda com este tipo de atitude diante  
642 da regulação. Solicita à Conselheira Rosa que Rosa notifique formalmente à Mesa Diretora para  
643 encaminhar a solicitação da CIMEPS para a SES. **ITEM 6: Planejamento das Comissões**  
644 **Intersetoriais:** Declara que já estamos no meio do ano e apenas duas comissões deste conselho  
645 apresentaram seu planejamento de ação para 2025. Ressalta que as outras comissões precisam  
646 apresentar seu plano de trabalho. Aproveita, antes de entrar próximo ponto de pauta, para saudar alguns  
647 convidados aqui presente, primeiramente Aldenora – Coordenadora do CEREST e membro integrante  
648 da Comissão Organizadora da 5ª CESTT; Servidora Marluce que representa a Dra Rafaela Veronesi –  
649 Superintendente da Escola de Saúde de Goiás; Irmã Cida e Chiquinha do Grupo AAVE. Pergunta se tem  
650 mais algum convidado que por ventura não tenha sido saudado. **ITEM 5: Apresentação dos Pareceres**  
651 **da CIMEPS relativos aos Projetos de Lei do 1º Quadrimestre 2025:** Informa que a **Conselheira**  
652 **Rosa** vai apresentar as duas pautas e posteriormente encaminharemos para o encerramento, sendo que  
653 hoje o almoço retornará para o Bistrô em Casa. Declara que a CIMEPS que solicitou este ponto de  
654 pauta, que é mais um informe que se faz necessário para conhecimento de todos os conselheiros do  
655 CES. Divulga que a Mesa Diretora do CES tem recebido da Casa Civil várias solicitações oficiais para  
656 emitir pareceres das políticas que a ALEGO - (Assembleia Legislativa do Estado de Goiás) institui e  
657 que normalmente estes pedidos procedem da casa civil, com prazo de 3 dias úteis para serem  
658 respondidos, conforme o Decreto Lei 9697. Relata que a CIMEPS, dentro do planejamento e além de  
659 outras fervorosas atividades, já emitiu 10 pareceres: Parecer nº 01/2025 CES-GO – Análise sobre a  
660 ampliação do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN); Parecer nº 02/2025 CES-GO –  
661 Autógrafo de Lei nº 98/2025: Criação da Semana Estadual de Conscientização e luta contra as doenças  
662 do neurônio motor; Parecer nº 03/2025 CES-GO – Análise sobre a Semana Estadual de Conscientização  
663 sobre Atrofia Muscular Espinal (AME); Parecer nº 04/2025 CES-GO – Análise sobre Selo “Cidade  
664 Destaque na Saúde” no Estado de Goiás; Parecer nº 05/2025 CES-GO – Estatuto da Pessoa com  
665 Obesidade.; Parecer nº 06/2025 CES-GO – Institui a Política Estadual de Gestão Emocional na Gestação  
666 e dá outras providências; Parecer nº 07/2025 CES-GO – Realização de exames para diagnóstico de  
667 trombofilia; Parecer nº 08/2025 CES-GO – Política Estadual de Prevenção da Mononucleose; Parecer nº  
668 13/2025 CES-GO – Maternidade segura e medidas relacionadas à gravidez, pré-natal, abortamento,  
669 parto, puerperio, neonatologia e puericultura no Estado de Goiás; Parecer nº 14/2025 CES-GO –  
670 Autógrafo de Lei nº 255, de 15 de maio de 2025: Política Estadual de Atenção Integral à Saúde dos  
671 Caminhoneiros. Explica que são vários deputados que criaram estes projetos de lei, que quando vai  
672 analisar os pedidos, é feita a seguinte pesquisa: porque este deputado está propondo este projeto, se o  
673 deputado foi provocado por alguém, ou por alguma comunidade, ou decorrente de uma situação ou qual  
674 foi a origem do projeto. Relata que prossegue para verificar se esta política já está contemplada no  
675 estado de Goiás, ou nacionalmente ou em algum outro estado como o intuito de nos dar respaldo.  
676 Ressalta que todas estas políticas tem uma necessidade financeira de serem instituídas, como por  
677 exemplo, a maternidade segura, a qual foi realizada a leitura foi verificado que este projeto de lei já  
havia sido contemplado pelo mesmo deputado em outra política e que além disto fazem a demanda



678 política em cima do valor do SUS. Relata que neste caso, foram contrários à ação principalmente porque  
 679 existe a mesma política pelo mesmo deputado. Ressalta que o conselho não está manifestando um  
 680 parecer sozinho, que dependendo da demanda, o parecer é enviado para SES que também emite um  
 681 parecer, a procuradoria geral, o PROCOM e a Secretaria de Educação e que a comissão faz o parecer e  
 682 passa para a Mesa Diretora que delibera. Declara que foram desfavoráveis à Maternidade Segura e  
 683 também à Política Estadual de Atenção da Saúde Materna e Infantil porque era na verdade era a  
 684 ampliação de exames e de divulgação, mas de exames, e quem realiza os exames desta origem é a  
 685 APAE de Anápolis, sendo que a comissão conta com uma pessoa representante desta entidade que nos  
 686 respaldou para emitir o parecer. Informa que todos os demais projetos foram favoráveis. Inclusive sobre  
 687 a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde dos Caminhoneiros está previsto na saúde do homem.  
 688 Ressalta que este informe é para conhecimento a respeito do que estão trabalhando. **Presidente Walter**  
 689 ressalta sobre um aspecto sobre os pareceres da CIMEPS, que pode haver divergências entre os pares,  
 690 podendo ter vários motivos, alguns contrários, outros favoráveis, mas que todo autógrafo de lei que é  
 691 relacionado à Saúde, pela primeira vez, o governo pede a aprovação. Salienta que se trata de um  
 692 momento histórico para Goiás que isso está sendo feito, que a CIMEPS, a SES e outros órgão tem se  
 693 manifestado, mas que os prazos são curtos de acordo com a legislação. **Primeiro Secretário Neiton**  
 694 informa que o pleno veja esta situação, que a comissão não é deliberativa, tendo a necessidade vir pra  
 695 Mesa discutir a situação. Declara que, primeiro secretário, não tinha conhecimento desses documentos  
 696 que vieram para manifestação do conselho. Ressalta que quem delibera tudo é o plenário, que ainda que  
 697 haja prazos e seja respondido, tem que passar pelo conselho na plenária seguinte e que no período de  
 698 análise, a Mesa precisa tomar conhecimento. Presidente Walter informa que o penúltimo parecer, passou  
 699 por avaliação desse plenário e questiona aonde estava então o primeiro secretário, que conselheiro que  
 700 não presta atenção no que que se passa neste conselho e precisa saber se tem que permanecer na  
 701 plenária. **Conselheira Rosa Irlene** segue para próxima pauta. **ITEM 7: Junho Laranja – Campanha**  
**Prevenção às queimaduras:** Expressa que tem muito orgulho de fazer parte deste trabalho e desta luta,  
 702 explica o termo Junho Laranja, é nesta data porque dia 6 de junho é o dia que é simbolizado a luta  
 703 contra queimaduras. Declara que se passou a chamar atenção de um índice crescente de casos e que  
 704 neste ano, foi escolhido as mulheres que foram vítimas de queimaduras. Apresenta números no plenário  
 705 envolvendo toda a questão da violência contra a mulher e destas situações específicas que refletem nos  
 706 números. Comenta que de forma mais frequente é a mulher que tenta suicídio, sendo que muitas vezes  
 707 ateia fogo no próprio corpo, visto que é uma maneira de chamar a atenção e que inclusive, esta  
 708 campanha é para alertar quanto a isso. Segue fazendo a leitura do documento. Aborda sobre objetivos,  
 709 ações da campanha e manifesta que quer fazer um apelo e um convite: que o acidente sempre acontece  
 710 com o outro, mas que pode ocorrer com qualquer um de nós, ressaltando que é preciso ficar alerta e que  
 711 gostaria de entender como está ocorrendo na rede e solicita que todos fiquem alertas dentro de suas  
 712 casas. **Presidente Walter** pergunta aos conselheiros alguém quer se manifestar ou fazer alguma  
 713 consideração. Não houve manifestações. Pede os informes da secretaria executiva. **Inayá** informa que  
 714 todo almoço no Bistrô tem que ser assinada numa lista, pede que todos fiquem atentos a assinarem.  
**Presidente Walter** cita que tem dois Conselheiros em recuperação médica: Conselheiras Christiane do  
 715 Valle e Glauciene Praxedes, faz votos de estima e melhorias para ambas. Fala da conferência Estadual  
 716 que ocorrerá no Espaço Dom Fernando e fala também do evento do Participa Mais que está sendo  
 717 coordenado pela Elizabeth Mendes. **Presidente Walter** declara encerrada a Sexta Reunião Ordinária do  
 718 Conselho Estadual de Saúde de Goiás às 12h12 (doze horas e doze minutos), em que estiveram  
 719 presentes os (as) seguintes Conselheiros(as): **Presidente Walter** declara encerrada a Sexta Reunião  
 720 Ordinária do Conselho Estadual de Saúde de Goiás às 12h12 (doze horas e doze minutos), em que  
 721 estiveram presentes os (as) seguintes Conselheiros(as): **SEGMENTO GESTOR: TITULARES:**  
 722 **Marcos Vinícius Milki** – GADJ/SES – Gabinete do Secretário Adjunto; **Raimundo Tiago de Lima**  
 723 **Pires** – GEPI/SES – Gerência de Planejamento Institucional – SES; **Sérgio Gomes de Carvalho** –



726	SUPGAPC/SES – Superintendência de Governo Aberto e Participação Cidadã; <b>Marília Claudia Carvalhais Teixeira</b> – COSEMS/GO – Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Goiás e <b>Rosália Pereira Matos</b> – SEMS/GO – Superintendência Estadual do Ministério da Saúde em Goiás. SUPLENTES: <b>Fernando Augusto Ataíde Castro</b> – GGP/SES – Gerência de Gestão Pessoas e <b>Joyce de Almeida Silva Newman</b> – SPAIS/SES – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde. <b>SEGMENTO PRESTADOR:</b> TITULARES: <b>Mariângela Dias Ribeiro</b> – ACCG – Associação de Combate ao Câncer em Goiás; <b>Tais Pires Terra Araújo</b> – APAE Anápolis – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Anápolis; <b>Rosa Irlene Maria Serafim</b> – NPQ – Núcleo de Proteção aos Queimados, Assistência e Proteção ao Sobrevivente a Queimaduras e <b>Dayanna Galttieres Miranda</b> – SINDILABS – Sindicato dos Laboratórios de Análises e Bancos de Sangue do Estado de Goiás. SUPLENTES: <b>Leonora Rezende Pacheco</b> – UFG – Universidade Federal de Goiás e <b>Letícia Tonini Pinheiro da Silveira</b> – FUBOG – Fundação Banco de Olhos de Goiás. <b>SEGMENTO TRABALHADOR:</b> TITULARES: <b>Marta Maria Neto Silva</b> – ABRATO – Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais de Goiás; <b>Fabrício Alencar de Camargo</b> – CRBio-04 – Conselho Regional de Biologia 4ª Região; <b>Edilvana Cristina Alves Faustino Nunes</b> – CREFONO 5 – Conselho Regional de Fonoaudiologia 5ª Região; <b>Dionne Hallyson Silva de Siqueira</b> – SIEG – Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Goiás e <b>João Bernardino Gonçalves Neto</b> – SINTSEP – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de Goiás. SUPLENTES: <b>Meillyne Alves dos Reis</b> – ABEn – Associação Brasileira de Enfermagem Seção Goiás e <b>Sueli Almeida Neves Sousa</b> – CRESS – Conselho Regional de Serviço Social 19ª Região. <b>SEGMENTO USUÁRIO:</b> TITULARES: <b>Janaína Mathias Guilherme Soares</b> – ABRALE – Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia; <b>Elizabeth Mendes Ramos</b> – AOG – Associação dos Ostomizados de Goiás; <b>Walter da Silva Monteiro</b> – CMP – Central de Movimentos Populares de Goiás; <b>João Batista Coelho Cunha</b> – CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; <b>Neiton Pedro Chaves</b> – Instituto Cerrado Nativo; <b>Lorrany Kettilyn Almeida de Jesus Fernandes</b> – Instituto Projeto Rondon; <b>Elenilza Bonfim</b> – MDC – Movimento das Donas de Casa e Consumidores do Estado de Goiás; <b>Simone Inocêncio Teixeira</b> – MRU – Movimento pela Reforma Urbana do Estado de Goiás; <b>Cristiany Beatriz Santos</b> – REDE-TRANS – Rede Nacional de Pessoas Trans; <b>Leandro Luiz Fleury Rosa</b> – SINDIÓPTICA – Sindicato do Comércio Varejista de Material, Fotográfico e Cinematográfico do Estado de Goiás; <b>Genésio Carlos Zaffalon</b> – SINPRO – Sindicato dos Professores do Estado de Goiás e <b>Dayse Mary da Silva</b> – SINT-IFESGO – Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás. SUPLENTES: <b>Wilson Cardoso Pires</b> – CROO – Câmara Regional de Óptica, Optometria e Contatologia do Estado de Goiás e <b>Gerinaldo Teodoro de Assunção</b> – GRUPAGO – Grupo de Pacientes Artríticos de Goiás. Dando por encerrada a reunião, da qual, Simone Moraes Stefani Nakano, Apoio Administrativo redigiu e lavrou esta ata, posteriormente firmada e assinada pelos membros presentes da Mesa Diretora, representado na(s) pessoa(s) do(a)s senhor(a)s Presidente Walter da Silva Monteiro  e Primeiro Secretário Neiton Pedro Chaves  cujos poderes foram outorgados pela publicação da Resolução CES/GO nº 32/2025 do dia 02 de janeiro de 2025.
-----	--